

O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil

Celso Furtado

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

No Brasil, Celso Furtado é intelectual que dispensa apresentações: economista; cientista social; escritor; ex-ministro e ocupante da cadeira nº 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL).

O traço marcante da obra de Furtado é a recusa em aceitar as doutrinas fatalistas que atribuíram ao clima e a determinantes étnicas as responsabilidades pelos nossos dramas. Neste *Longo amanhecer*, Furtado ressalta que “as ciências sociais devem ser um processo aberto de criação porque a sociedade é algo que os homens [e mulheres] não param de refazer” (p.70). A atividade do cientista social passa pela investigação dos processos históricos. Dentro desta perspectiva, a Economia encontra sua condição de ciência social. No que diz respeito ao caso brasileiro, a nossa tragédia foi não ter evoluído socialmente em função de duas taras: os três séculos de escravidão e o latifúndio, mecanismos graves de exclusão social.

Furtado considera que a política brasileira esteve constantemente orientada historicamente para atender aos interesses

das nações colonizadoras que não permitiam que o país usasse sua capacidade produtiva existente. Tal situação assemelha-se em muito ao presente momento histórico. O projeto de modernização dependente, conduzido historicamente pelas elites brasileiras, utilizou-se do excedente gerado pela exportação de produtos primários para importar produtos trabalhados (manufaturados de alto valor agregado) sustentando hábitos de consumo para um pequeno número de pessoas, similares aos dos países centrais. O distanciamento entre elite - concentradora de renda e incapaz de formular um projeto nacional - e povo é herança do processo de colonização que procurou concentrar os benefícios do progresso técnico e induziu um baixo investimento na população.

A leitura das idéias de Celso Furtado torna-se importante, pois ela serve para estimular os atuais debates. A ideologia (neo) liberal com sua fé dogmática nos mercados como bondes condutores da prosperidade e do progresso humano não

foi capaz de trazer benefícios para grande parte da população mundial. A reflexão proposta por Furtado faz-se então necessária: “em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser” (p.26). As políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) ao proteger os interesses do capital financeiro, provocaram estragos em nosso continente no qual os custos sociais estão expostos. Na condição de periferia do capitalismo, o nosso quadro socioeconômico é caracterizado pela precarização das relações de trabalho gerando insegurança, sofrimento e violência. Uma das terríveis consequências da adoção de políticas (neo) liberais foi o individualismo (“salve-se quem puder!”) que gerou a desmobilização social e a ausência da participação popular no processo político.

O fato de o continente latino-americano estar enfrentando um dilema não escapa às observações de Furtado. A proposta norte-americana de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) parece ser vista como inexorável por grande parte da imprensa brasileira. Levando em conta as assimetrias (que não são poucas) entre as economias latinas e a norte-americana, cabe questionar: trata-se de um bom negócio para quem? O caso mexicano é um exemplo do que aguarda o continente latino-americano na Alca. O preço da dependência mexicana pode ser vislumbrado no aumento das exportações através das “maquiadoras”: fábricas de montagem de artefatos com a utilização de peças concebidas e importadas dos EUA. Segundo este esquema, quando o artefato encontra-se montado ele é reexporta-

do para o país onde se concebeu o seu projeto (leia-se EUA). O trabalho de baixo valor agregado na cadeia produtiva, ou seja, a simples montagem de artefatos é realizado pela mão-de-obra mexicana. As atividades que agregam valor – pesquisa e desenvolvimento (P&D), concepção de projetos, planejamento da produção – ficam localizadas nas matrizes, mais precisamente localizadas no centro do sistema capitalista gerando novos empregos qualificados e conseqüentemente, prosperidade localizada.

Qual seria a conseqüência social de adotarmos o “projeto maquiadora” em nosso continente? Será que teremos que nos contentar em ficar restritos à parte de menor valor agregado na divisão internacional do trabalho? Para enfrentar as pressões do norte, a América Latina precisa valorizar sua auto-estima, posicionando-se como um bloco de nações soberanas e resistir à política expansionista dos EUA inaugurada com a Doutrina Monroe, de 1823, em que os norte-americanos já se autoproclamavam guardiães do continente americano. Necessitamos fortalecer o MERCOSUL e ampliar sua abrangência, para aproximá-lo do ideal de integração latino-americana. Não conseguiremos enfrentar as confrontações que se aproximam sem que alianças (empresários, sindicatos, movimentos sociais, partidos políticos mais democráticos e transparentes, etc.) sejam firmadas no continente latino-americano.

Neste *Longo amanhecer*, Celso Furtado não é pessimista com relação ao futuro. Sugere como principal desafio a ser enfrentado o estímulo da capacidade criativa no planejamento. O fato é que precisamos

voltar a pensar com as nossas cabeças, ao invés de aceitarmos fórmulas prontas e não neutras dos organismos internacionais. Segundo Furtado, o planejamento seria o instrumento capaz de introduzir a dimensão de espaço nos cálculos econômicos. Os principais desafios a serem enfrentados pelo Brasil, podem ser divididos em três.

1. Dar prioridade à solução do problema da fome e da subalimentação da população de baixa renda, formulando políticas que distribuam renda. Um exemplo seria a reforma agrária com suporte financeiro e tecnológico de forma que fossem levados serviços básicos de infra-estrutura – saneamento, saúde, educação, eventos culturais - para o interior do país. A questão da propriedade da terra sempre foi um fator crítico no Brasil e os interesses dos latifundiários sempre se fizeram representar nos governos autoritários ou não.
2. Investir no fator humano de forma a aumentar o nível educacional da população, pois o Brasil possui um considerável atraso em investimento no fator humano e no bem-estar de sua população. Dessa forma, a população poderá participar do processo histórico de forma mais intensa, pressio-

nando por melhores condições de vida e contribuindo para o desenvolvimento do país.

3. Conciliar o processo de globalização com a criação de empregos, privilegiando a expansão e a integração dos mercados internos na orientação dos investimentos. Na ausência de um projeto nacional que dê prioridade ao objetivo de bem-estar social, o crescimento econômico, sob a direção das empresas transnacionais, conduzirá inevitavelmente à concentração de renda em favor dos países criadores de inovações tecnológicas e padrões de consumo.

Caso não sejamos capazes de encontrar caminhos próprios, se confiarmos completamente nas forças dos mercados, nas forças internacionais, existe um risco sério de um crescente caos: desemprego; ausência de perspectivas; violência. Não tenhamos dúvida de que no Brasil e também na América Latina do século XXI a questão social se agravará. Um projeto nacional é mais que o de luta, ainda que seja preciso resistir as pressões, necessitamos submeter às “leis dos mercados” à política. Para Celso Furtado, se não formos capazes de nos colocar à altura dos desafios, então é porque a luta já está perdida.

Rodrigo Loureiro Medeiros

Mestrando em Informática - Estudos de Ciência e Tecnologia - pela UFRJ, pós-graduado pela Escola de Pós-Graduação em Economia da EPGE/FGV, Engenheiro Industrial pela PUC-Rio.